Indicador nº ACE02	ÍNDICE DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DE AÇÕES DE ACESSO
Objetivo Estratégico	Facilitar o acesso à Justiça Eleitoral
Descrição do objetivo	Promover ações que aproximem a Justiça Eleitoral fluminense dos cidadãos e que ampliem o conhecimento da Sociedade sobre o papel, a atuação e os serviços prestados pela instituição, por meio da disseminação de orientações e informações claras e acessíveis, com a finalidade precípua de garantir a equidade no atendimento aos cidadãos.
O que mede	O percentual de solicitações de ações de acesso atendidas.
Para que medir	Para avaliar a capacidade do TRE-RJ para atender às demandas de ações de acesso.
Quem mede	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)
Quando medir	Trimestralmente
Fonte de dados	Controles sobre as solicitações de ações de acesso.
Como medir *	Ações realizadas do Programa Eleitor do Futuro (AcEleiFut), somadas as ações realizadas da Justiça Eleitoral Itinerante (AcJEI), somadas as ações realizadas do Programa TRE Cidadão (AcTRECid), somadas as ações realizadas do TRE vai à Escola (AcTREVai), somadas a outras ações realizadas que tenham por objetivo orientar e facilitar o acesso aos serviços prestados pelo TRE-RJ (OutrasAc), dividido pelo somatório das solicitações de ações do Programa Eleitor do Futuro (SolAcEleiFut), com as solicitações de Ações da Justiça Eleitoral Itinerante (SolAcJEI), com as solicitações de Ações do Programa TRE Cidadão(SolAcTRECid), com as Solicitações de Ações do TRE vai à Escola (SolAcTREVai), somadas as solicitações de outras ações que tenham por objetivo orientar e facilitar o acesso aos serviços prestados pelo TRE-RJ (SolOutrasAc) $ADAA = ((AcJEI+AcTRECid+AcTREVai+AcEleiFut+OutrasAc) / (SolAcJEI+SolAcTRECid+SolAcTREVai+SolAcEleiFut+SolOutrasAc)) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Assessoria Administrativa da Presidência (ASAPRE)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não aplicável
Meta	Atender 90% das demandas de ações de acesso, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 75 % 2013 - 80 % 2014 - 90 %
Observações	1) São consideradas “ações de acesso” as ações da Justiça Eleitoral Itinerante, dos Programas TRE Cidadão e TRE vai à Escola e outras ações que tenham por objetivo orientar e facilitar o acesso aos serviços prestados pelo TRE-RJ. 2) As solicitações de ações de acesso para atendimento em período base (trimestre) diferente daquele em que foram recebidas pelo TRE deverão ser computadas apenas na medição do período base referente à data para a qual o atendimento está sendo requerido e/ou programado. 3) Devem ser excluídas do indicador as solicitações de acesso não legitimadas em norma ou instrução aplicável às ações de acesso da Justiça Eleitoral fluminense.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos
Tema: Atuação Institucional

INDICADORES E METAS

Indicador nº AI 03	PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO NA INTERNET DA ÍNTEGRA DAS SENTENÇAS PROFERIDAS (1º GRAU)
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação com os públicos externos
Descrição do objetivo	Facilitar aos públicos de relacionamento externo o amplo acesso a informações sobre o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, suas ações e iniciativas, por meio do aprimoramento dos canais de comunicação, como forma de estimular a transparência e contribuir para o fortalecimento da imagem institucional.
O que mede	O percentual de processos judiciais com sentenças proferidas e publicadas, na íntegra, na Internet até o 5º dia do mês subsequente àquele em que a sentença foi registrada no SADP.
Para que medir	Para garantir a ampla e célere divulgação das sentenças proferidas no âmbito do 1º grau de jurisdição do TRE-RJ.
Quem mede *	Seção de Planejamento e Treinamento (SEPLAT)
Quando medir	Mensalmente
Fonte de dados	SADP
Como medir	Total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP e publicadas, na íntegra, na Internet (TotSentSADPDisp1º), dividido pelo total de processos judiciais com sentenças lançadas no SADP (TotSentSADP), multiplicado por cem.) $\text{PercSentDisp1º} = (\text{TotSentSADPDisp} / \text{TotSentSADP}) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Seção de Planejamento e Treinamento (SEPLAT)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não aplicável
Meta	Disponibilizar, na Internet, o inteiro teor de todas as sentenças proferidas no 1º grau e lançadas no SADP
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável 2013 - 100% 2014 - 100%
Observações	A disponibilização do inteiro teor das sentenças na internet, que se dá por meio do SADP, só pode ocorrer após publicação da sentença no Diário da Justiça Eletrônico ou, quando for o caso, no mural do Cartório Eleitoral.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos

Tema: Eficiência Operacional

Indicador nº EO 01	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)
Objetivo Estratégico	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais
Descrição do objetivo	Garantir a agilidade na tramitação dos feitos eleitorais, a fim de assegurar a razoável duração do processo.
O que mede	A relação entre os feitos judiciais baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.
Para que medir	Para verificar a capacidade da Justiça Eleitoral de 1º grau em atender à demanda de feitos judiciais.
Quem mede *	Seção de Atendimento e Apoio às Zonas Eleitorais (SEAAZE)
Quando medir	Trimestralmente
Fonte de dados	Relatórios extraídos do SADP
Como medir	Total de feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (TBaixJud _{1º}), dividido pelo total de feitos judiciais novos (FNJud _{1º}) acrescido ao total de feitos judiciais pendentes de julgamento (FPJud _{1º}), subtraído de 1. $TCJud_{1º} = \{1 - [(TBaixJud_{1º} / (FNJud_{1º} + FPJud_{1º}))]\} \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Supervisão e Orientação às Zonas Eleitorais (CSORI)
Polaridade do indicador	Quanto menor, melhor
Situação inicial	2010 - Não mensurado 2011 - 51,69%
Meta	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos judiciais no 1º grau para 15%, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 19% 2013 - 17% 2014 - 15%
Observações	<p>1) Consideram-se baixados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; • Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando. <p>2) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.</p> <p>3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.</p> <p>4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.</p> <p>5) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.</p> <p>6) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos</p>

eleitorais.

7) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).

8) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação Cautelar;
- Ação de Impugnação de Mandato Eletivo;
- Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal;
- Apuração de Eleição;
- Embargos à Execução;
- Exceção;
- Habeas Corpus;
- Habeas Data;
- Mandado de Segurança;
- Petição de Natureza Judicial;
- Prestação de Contas;
- Registro de Candidaturas; e
- Representação.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos

Tema: Eficiência Operacional

Indicador nº EO 03	TAXA DE CONGESTIONAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)
Objetivo Estratégico	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais
Descrição do objetivo	Garantir a agilidade na tramitação dos feitos eleitorais, a fim de assegurar a razoável duração do processo.
O que mede	A relação entre os feitos administrativos baixados, novos e pendentes de julgamento, no âmbito do 1º grau de jurisdição.
Para que medir	Para verificar a capacidade da Justiça Eleitoral de 1º grau em atender à demanda de feitos administrativos.
Quem mede *	Seção de Atendimento e apoio às Zonas Eleitorais (SEAAZE)
Quando medir	Trimestralmente
Fonte de dados	Relatórios extraídos do SADP
Como medir	Total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T _{BaixAdm1º}), dividido pelo total de feitos administrativos novos (FN _{Adm1º}) acrescido ao total de feitos administrativos pendentes de julgamento (FP _{Adm1º}), subtraído de 1. $TCAdm1º = \{1 - [(T_{BaixAdm1º} / (FN_{Adm1º} + FP_{Adm1º}))]\} \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Supervisão e Orientação às Zonas Eleitorais (CSORI)
Polaridade do indicador	Quanto menor, melhor
Situação inicial	Não mensurado
Meta	Reduzir a taxa de congestionamento de feitos administrativos no 1º grau para 30%, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 50% 2013 - 40% 2014 - 30%
Observações	<p>1) Consideram-se baixados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; • Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando. <p>1) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.</p> <p>3) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.</p> <p>4) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.</p> <p>5) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).</p>

6) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE
- Composição de Mesa Receptora - CMR
- Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI
- Filiação Partidária - FP
- Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE
- Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE
- Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE
- Registro de Comitê Financeiro - RCF
- Registro de Debates - RD
- Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos

Tema: Eficiência Operacional

Indicador nº EO 04	ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS JUDICIAIS (1º GRAU)
Objetivo Estratégico	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais
Descrição do objetivo	Garantir a agilidade na tramitação dos feitos eleitorais, a fim de assegurar a razoável duração do processo.
O que mede	O percentual de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos judiciais baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.
Para que medir	Para monitorar o tempo de tramitação dos feitos judiciais de 1º grau e evitar que a demora no julgamento reduza os efeitos da decisão ou provoque a perda do objeto.
Quem mede *	Seção de Atendimento e apoio às Zonas Eleitorais (SEAAZE)
Quando medir	Trimestralmente
Fonte de dados	Relatórios extraídos do SADP
Como medir	Total de feitos judiciais baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (TBaixJud<1ano1º), dividido pelo total feitos judiciais baixados no 1º grau no período base (TBaixJud1º). $\text{IndAgJud1º} = (\text{TBaixJud<1ano1º} / \text{TBaixJud1º}) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Supervisão e Orientação às Zonas Eleitorais (CSORI)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2011 - 29,69%
Meta	Alcançar 100% de feitos judiciais baixados com prazo de tramitação de até um ano, em 1º grau, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 100% 2013 - 100% 2014 - 100%
Observações	<p>1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.</p> <p>2) Consideram-se baixados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; • Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando. <p>3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.</p> <p>4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.</p> <p>5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.</p>

6) Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima.

7) Com relação aos processos de prestação de contas, deve-se observar o aumento da taxa de congestionamento nos anos eleitorais.

8) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração e pedidos de reconsideração) e os recursos externos (recurso eleitoral).

9) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Ação cautelar;
- Ação de Impugnação de Mandato Eletivo;
- Ação de Investigação Judicial Eleitoral;
- Ação Penal;
- Apuração de Eleição;
- Embargos à Execução;
- Exceção;
- Habeas Corpus;
- Habeas Data;
- Mandado de Segurança;
- Petição de natureza judicial;
- Prestação de Contas;
- Registro de Candidaturas; e
- Representação.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos

Tema: Eficiência Operacional

Indicador nº EO 06	ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DE FEITOS ADMINISTRATIVOS (1º GRAU)
Objetivo Estratégico	Garantir a agilidade dos feitos eleitorais
Descrição do objetivo	Garantir a agilidade na tramitação dos feitos eleitorais, a fim de assegurar a razoável duração do processo.
O que mede	O percentual de feitos administrativos baixados com prazo de tramitação de até um ano, em relação ao total de feitos administrativos baixados no período base, no âmbito do 1º grau de jurisdição.
Para que medir	Para monitorar o tempo de tramitação dos feitos administrativos de 1º grau e evitar que a demora no julgamento reduza os efeitos da decisão ou provoque a perda do objeto.
Quem mede *	Seção de Atendimento e apoio às Zonas Eleitorais (SEAAZE)
Quando medir	Trimestralmente
Fonte de dados	Relatórios extraídos do SADP
Como medir	Total de feitos administrativos baixados no 1º grau com prazo de tramitação de até um ano (T _{BaixAdm<1ano1º}), dividido pelo total de feitos administrativos baixados no 1º grau no período base (T _{BaixAdm1º}). $\text{IndAgAdm1º} = (\text{T}_{\text{BaixAdm}<1\text{ano}1^\circ} / \text{T}_{\text{BaixAdm}1^\circ}) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Supervisão e Orientação às Zonas Eleitorais (CSORI)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não mensurado
Meta	Alcançar 80% de feitos administrativos baixados em até um ano, em 1º grau, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 60% 2013 - 70% 2014 - 80%
Observações	<p>1) O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até o momento da baixa.</p> <p>2) Consideram-se baixados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; • Processos remetidos para instância superior; • Processos arquivados definitivamente; • Processos suspensos/sobrestados; e • Processos apensados, desde que não continuem tramitando. <p>3) Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos.</p> <p>4) Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista.</p>

5) Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

6) Não são contabilizados os recursos internos (embargos de declaração, agravos regimentais, pedidos de reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz substituto e as correções parciais) e os recursos externos (recursos ordinários, recursos especiais eleitorais e agravo de instrumento).

7) Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais:

- Cancelamento de Inscrição Eleitoral - CIE
- Composição de Mesa Receptora - CMR
- Direitos Políticos - DP
- Duplicidade/Pluralidade de Inscrições (coincidências) - DPI
- Filiação Partidária - FP
- Impugnação à Composição da Junta Eleitoral - ICJE
- Impugnação perante as Juntas Eleitorais - IpJE
- Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral - RIAE
- Registro de Comitê Financeiro - RCF
- Registro de Debates - RD
- Registro de Pesquisas Eleitorais - RPE
- Regularização de Situação do Eleitor – RSE

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos

Tema: Eficiência Operacional

Indicador nº EO 09	CUSTO DE MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA
Objetivo Estratégico	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais
Descrição do objetivo	Promover ações que tenham por objetivo a eficiência na contratação e na utilização de materiais, bens e serviços necessários à prestação jurisdicional e às atividades administrativas.
O que mede	O custo de manutenção por eleitor do estado.
Para que medir	Para medir a eficiência na gestão dos recursos orçamentários destinados à manutenção do TRE-RJ, a fim de buscar alternativas de racionalização.
Quem mede *	Seção de Programação Financeira e Controle de Custos (SEPROG) Seção de Supervisão e Atualização do Cadastro Eleitoral (SESACE) Variável - TEI
Quando medir	Semestralmente
Fonte de dados *	SIAFI ou sistema de controle de custos e ELO
Como medir	Somatórios dos custos de telefonia (CTelef), energia elétrica (CEnElet), água (CÁgua), combustíveis (CComb), serviços de limpeza (CLimp), segurança (CSegur), material de consumo (CMatCons), manutenção predial (CManutPred), locação (CLoc), manutenção de TI (CManutTI) e demais despesas de custeio (CustOutros), dividido pelo total de eleitores do Estado do Rio de Janeiro (TEI) $CME = (CTelef + CEnElet + CÁgua + CComb + CLimp + CSegur + CMatCons + CManutPred + CLoc + CManutTI + CustOutros) / TEI$
Unidade de medida	Moeda (R\$)
Quem analisa	Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)
Polaridade do indicador	Pendular
Situação inicial	2010 - R\$ 1,86 (4) 2011 - R\$ 1,75 (5)
Meta	Manter o custo de manutenção por eleitor, com índice de variação de até 5%.
Metas plurianuais	2012 - Manter o custo de manutenção por eleitor, com índice de variação de até 5%, em relação a 2010. 2013 - Manter o custo de manutenção por eleitor, com índice de variação de até 5%, em relação a 2011. 2014 - Manter o custo de manutenção por eleitor, com índice de variação de até 5%, em relação a 2012.
Observações	1) O valor do custo de manutenção do ano anterior (eleitoral ou não eleitoral, conforme o caso) deve ser corrigido pelo valor do IPCA no momento da avaliação do indicador. 2) Entende-se por custo a despesa liquidada. 3) O indicador considera o custo destinado às despesas ordinárias e às despesas de pleitos eleitorais. 4) A situação de 2010 resulta do seguinte cálculo: R\$ 21.504.965,93 (custo operacional 2010 - fonte SIAFI em 28/11/2012) / 11.556.465 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 28/11/2012) 5) A situação de 2011 resulta do seguinte cálculo: R\$ 20.304.147,07 (custo operacional 2011 - fonte SIAFI em 28/11/2012) / 11.594.628 (nº de eleitores do Estado do Rio de Janeiro - fonte site Internet TSE em 28/11/2012)

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos

Tema: Eficiência Operacional

Indicador nº EO 11	PERCENTUAL DE ELEITORES COM CADASTRO BIOMÉTRICO
Objetivo Estratégico	Aprimorar o processo eleitoral
Descrição do objetivo	Promover a melhoria contínua do processo eleitoral, observadas as premissas de segurança, transparência, qualidade e foco no cidadão.
O que mede	A relação entre os eleitores com cadastro biométrico e o eleitorado total do Estado do Rio de Janeiro.
Para que medir	Para melhorar a qualidade dos procedimentos de cadastro e reconhecimento do eleitor de modo a evitar fraudes de identificação.
Quem mede *	Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (COSEL) Seção de Supervisão e Atualização do Cadastro Eleitoral (SESACE) Variável – Tel
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Fonte de dados	Sistema de Cadastro Nacional - ELO
Como medir	Total de eleitores com cadastramento biométrico no Estado do Rio de Janeiro (TEICadBio), dividido pelo total de eleitores do Estado do Rio de Janeiro (TEI), multiplicado por cem. $ECB = (TEICadBio / TEI) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2010 - 0,17% 2011 - 0,20% (2)
Meta	Alcançar 4% de eleitores com cadastro biométrico, até 2014.
Metas plurianuais	2013 - 3,4% 2014 - 4%
Observações	1) O atingimento da meta depende das definições do TSE quanto à distribuição dos recursos necessários (kits de coleta de dados biométricos e orçamento). 2) A situação em 31/12/2011, de acordo com informação da SEAD/CLOGI/STI do TSE em 29/11/2012, corresponde a 23.466 eleitores do RJ com cadastro biométrico até 31/12/2011 (considerando apenas os eleitores que permanecem no RJ em 29/11/2012) e 11.594.628 eleitores do Estado do RJ (situação no final de 2011).

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos
Tema: Eficiência Operacional

Indicador nº EO 12	PERCENTUAL DE MESÁRIOS VOLUNTÁRIOS
Objetivo Estratégico	Aprimorar o processo eleitoral
Descrição do objetivo	Promover a melhoria contínua do processo eleitoral, observadas as premissas de segurança, transparência, qualidade e foco no cidadão.
O que mede	O percentual de mesários que atuaram voluntariamente em relação ao total de mesários que atuaram nas eleições.
Para que medir	Para monitorar a participação voluntária dos componentes das mesas receptoras de votos, a fim de otimizar a qualidade no atendimento aos cidadãos nos pleitos eleitorais.
Quem mede *	Seção de Planejamento e Treinamento (SEPLAT)
Quando medir	Bienalmente, em dezembro dos anos eleitorais.
Fonte de dados	Sistema de Cadastro Nacional – ELO e outros controles
Como medir	Total de mesários que atuaram voluntariamente (TMesVol), dividido Total de mesários que atuaram nas eleições (TMes), multiplicado por cem. $MV = (TmesVol / TMes) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Seção de Planejamento e Treinamento (SEPLAT)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2012 – 24,47% (³)
Meta	Alcançar 50% de mesários voluntários, em 2014.
Observações	1) Para efeito de cálculo do indicador apenas o 1º turno das eleições será computado. 2) Será considerado mesário voluntário o eleitor em situação regular, domiciliado e inscrito na zona eleitoral de atuação, que manifesta expressamente sua disposição em prestar serviços nos pleitos eleitorais, atuando nas mesas receptoras de votos ou de justificativa. 3) Levantamento realizado com base nos dados registrados pelos cartórios, no Sistema ELO, até o dia 23 de novembro, em atendimento à solicitação do TSE, conforme aviso CRE nº 82/2012. O prazo final para o envio dos dados era 30 de novembro.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Gestão de Pessoas

Indicador nº GP 03	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS
Objetivo Estratégico	Desenvolver competências necessárias às atividades institucionais
Descrição do objetivo	Desenvolver técnica e gerencialmente o corpo funcional, de forma a adequar seus conhecimentos, habilidades e atitudes e reduzir lacunas qualitativas e quantitativas existentes.
O que mede	A relação entre as competências organizacionais necessárias e as competências apresentadas pelos servidores, de acordo com suas respectivas áreas de trabalho.
Para que medir	Para avaliar a necessidade de desenvolver a capacitação dos servidores nas competências organizacionais necessárias.
Quem mede	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)
Quando medir	Semestralmente
Fonte de dados	Relatórios de avaliação de competência
Como medir	Total de competências apresentadas pelos servidores (TCompServ), dividido pelo total de competências necessárias (TCompNec), multiplicado por cem. $ACO = (TCompServ / TCompNec) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não mensurado
Meta	Alcançar 60% de índice de adequação às competências organizacionais necessárias, em 2014.
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável
	2013 - 50%
	2014 - 60%
Observações	1) Considerando que as competências organizacionais são diferentes em cada assessoria, secretaria, coordenadoria, seção ou cartório eleitoral que compõe os tribunais eleitorais, deve-se efetuar o cálculo em cada uma das áreas e fazer a média aritmética a fim de calcular o índice do Tribunal. 2) Caso o processo de mapeamento das competências organizacionais ainda não esteja completo, deverão ser informadas quais áreas foram consideradas para a composição do cálculo.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Gestão de Pessoas

Indicador nº GP 04	CLIMA ORGANIZACIONAL
Objetivo Estratégico	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia
Descrição do objetivo	Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores, por meio do compartilhamento de experiências, informações, conhecimentos e boas práticas e de participações em ações promovidas pelo TRE-RJ para viabilizar a execução da estratégia.
O que mede	A percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho.
Para que medir	Para identificar quais dimensões ligadas à dinâmica da organização demandam ações de melhoria.
Quem mede	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)
Quando medir	Bianualmente, em anos não eleitorais.
Fonte de dados	Relatório de Pesquisa de Clima Organizacional
Como medir	Total de avaliações positivas (TAavalPos), dividido pelo total de avaliações (TAval), multiplicado por cem. $CO = (TAavalPos / TAval) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não mensurado
Meta	Alcançar 50% de satisfação global, em 2013.
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável
	2013 - 50%
	2014 - Não aplicável
Observações	

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Gestão de Pessoas

Indicador nº GP 05	ÍNDICE DE CARTÓRIOS ELEITORAIS PARTICIPANTES NO ESPAÇO COLABORATIVO
Objetivo Estratégico	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia
Descrição do objetivo	Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores, por meio do compartilhamento de experiências, informações, conhecimentos e boas práticas e de participações em ações promovidas pelo TRE-RJ para viabilizar a execução da estratégia.
O que mede	O percentual médio de Cartórios Eleitorais participantes no Espaço Colaborativo.
Para que medir	Para verificar a interação dos Cartórios Eleitorais com as unidades da Sede.
Quem mede *	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN) Automatizada TCART
Quando medir	Mensalmente
Fonte de dados	Relatórios de cartórios eleitorais participantes por tema de discussão
Como medir *	Somatório do número de cartórios eleitorais participantes em cada tema (PCartPT), dividido pelo produto do total de temas (TT) e o total de Cartórios Eleitorais (TCart), multiplicado por cem. $ICartPEC = (PCartPT) / (TT * (TCart)) * 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não aplicável
Meta	Alcançar 40% de participação média, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável 2013 - 30% 2014 - 40%
Observações *	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caberá a cada unidade mediadora de tema de discussão consolidar mensalmente o percentual de cartórios eleitorais participantes no tema sob sua responsabilidade. 2. Na variável PCartPT serão consideradas as repetições.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Indicador nº IT 01	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ
Descrição do objetivo	Prover e gerir os recursos físicos (mobiliário e imobiliário) adequados ao funcionamento das unidades, garantindo aos magistrados, servidores e clientes externos condições de saúde e segurança.
O que mede	O percentual de cartórios eleitorais cujas instalações físicas são consideradas adequadas, de acordo com os critérios estabelecidos.
Para que medir	Para estabelecer a priorização de investimentos em obras e reformas e melhorar as instalações dos cartórios eleitorais do Estado do Rio de Janeiro.
Quem mede *	Coordenadoria de Engenharia (COENG) Automatizada – TCart
Quando medir	Anualmente, em dezembro.
Fonte de dados	Relatório de condições das instalações físicas
Como medir	Total de cartórios cujas instalações físicas tenham sido consideradas adequadas (TCartInstFisAdeq), dividido pelo Total de cartórios (TCart), multiplicado por cem. $AIF = (TCartInstFisAdeq / TCart) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Engenharia (COENG)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não aplicável
Meta	Alcançar 20% de cartórios eleitorais com instalações físicas adequadas, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável 2013 - 15% 2014 - 20%
Observações	<p>1) Entende-se por imóvel com instalação física adequada aquele que ficar classificado nas categorias ótimo ou bom, de acordo com os critérios abaixo identificados.</p> <p>Classificação: Pontuação ≥ 80: Ótimo; Pontuação ≥ 60 e < 80: Bom; Pontuação ≥ 40 e < 60: Regular; Pontuação ≥ 20 e < 40: Ruim; e Pontuação < 20: Péssimo;</p> <p>2) Para a classificação dos imóveis, serão adotados os critérios de avaliação constantes da lista de assertivas abaixo. Para cada resposta afirmativa deve-se atribuir a pontuação máxima correspondente à questão e para cada resposta negativa deve-se atribuir a pontuação 0 (zero), calculando-se ao final a pontuação total do imóvel:</p> <p>I. Área – 15 pontos</p>

O imóvel possui área adequada ao seu perfil? **(8 pontos)**

O imóvel possui área de depósito? **(3 pontos)**

*Se possuir, mas for insuficiente, atribuir 1,5 pontos

O imóvel possui área de arquivo? **(4 pontos)**

*Se possuir, mas for insuficiente, atribuir 2 pontos

II. Estabilidade de alvenaria e estrutura – 15 pontos

A estrutura do imóvel está em bom estado? **(15 pontos)**

*Se a estrutura estiver em mal estado de conservação, mas não condenada, atribuir 7,5 pontos

III. Cobertura – 7 pontos

Laje com impermeabilização ou com telhado? **(4 pontos)**

O imóvel está livre de infiltrações? **(3 pontos)**

IV. Segurança – 8 pontos

As portas e janelas do imóvel são resistentes, vedadas à passagem de águas pluviais? **(2 pontos)**

As instalações conferem segurança ao cartório? **(2 pontos)**

A localização do imóvel é segura? **(2 pontos)**

Existe algum sistema de controle de incêndio adequado? **(2 pontos)**

V. Instalações elétricas e manutenção – 15 pontos

O piso encontra-se em boas condições? **(2 pontos)**

A iluminação é adequada? **(3 pontos)**

O imóvel possui ventilação/condicionamento de ar suficientes? **(4 pontos)**

As Instalações elétricas estão em boas condições**? **(6 pontos)**

VI. Instalações hidrossanitárias – 15 pontos

O imóvel possui ao menos 1 (um) banheiro para os servidores? **(6 pontos)**

O imóvel possui ao menos 1 (um) banheiro para o público externo? **(4 pontos)**

Há reservatório de água potável coberto? **(3 pontos)**

As Instalações hidráulicas estão em boas condições**? **(2 pontos)**

VII. Localização – 5 pontos

O imóvel encontra-se bem localizado? **(3 pontos)**

O cartório está devidamente identificado? **(2 pontos)**

VIII. Higiene e salubridade – 6 pontos

O imóvel está devidamente limpo, livre de mofo, insetos ou quaisquer outros vetores? **(6 pontos)**

IX. Funcionalidade – 6 pontos

A distribuição do espaço é adequada ao funcionamento do cartório? **(6 pontos)**

X. Área de atendimento – 8 pontos

O ambiente é bem refrigerado? **(4 pontos)**

Possui espaço adequado para espera? **(4 pontos)**

** Para as questões quanto às boas condições das instalações

elétricas e hidráulicas, serão efetuadas as seguintes avaliações, onde, a partir da lista de assertivas, para cada resposta afirmativa deve-se atribuir a pontuação 0,5 (meio) e para cada resposta negativa deve-se atribuir a pontuação 0 (zero), calculando-se ao final o total de pontos da questão geral.

Instalações Elétricas:

1. O fornecimento de energia está adequado à demanda?
2. As fases do relógio estão equilibradas?
3. Existe aterramento adequado para as instalações elétricas, máquinas e equipamentos?
4. Os painéis elétricos existentes encontram-se desobstruídos?
5. Nos painéis elétricos há emprego de proteção que evite o contato físico acidental com os barramentos?
6. Há circuito independente para aparelhos de alta amperagem (Impressora a laser, multifuncional)?
7. Possui quantidade de tomadas e plugs elétricos suficientes?
8. As tomadas e plugs encontram-se em bom estado de conservação?
9. Há medidor independente?
10. As tomadas existentes nos pisos, possuem proteção a entrada de água ou objetos estranhos?
11. Os cabos utilizados em extensões elétricas se encontram em perfeito estado e são contínuos, não apresentando emendas?
12. Existe cabeamento estruturado de rede lógica e telefonia?

Instalações Hidráulicas:

1. As redes de água e de esgoto são constituídas de tubos de PVC?
2. Há cisterna com bomba?
3. A rede de esgoto tem caimento adequado para a rede pública?
4. As instalações hidráulicas estão livres de infiltrações?

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Indicador nº IT 02	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DOS MATERIAIS PERMANENTES
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ
Descrição do objetivo	Prover e gerir os recursos físicos (mobiliário e imobiliário) adequados ao funcionamento das unidades, garantindo aos magistrados, servidores e clientes externos condições de saúde e segurança.
O que mede	O percentual de cartórios eleitorais com quantitativo de materiais permanentes adequados ao padrão estabelecido.
Para que medir	Para priorizar investimentos em materiais permanentes a fim de garantir a adequação dos cartórios eleitorais e melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento ao público.
Quem mede *	Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP) Automatizada TCart
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Fonte de dados	Relatório de materiais permanentes
Unidade de medida	Percentual
Como medir	Total de cartórios eleitorais considerados adequados (TCartAdeqMatPer) conforme padrão, dividido pelo total de cartórios eleitorais (TCart), multiplicado por cem. AMP = (TCartAdeqMatPer / TCart) x 100
Quem analisa *	Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não aplicável
Meta	Atingir 60% de cartórios eleitorais com quantitativo de materiais permanentes adequados, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável
	2013 - 45%
	2014 - 60%
Observações	Entende-se por cartórios eleitorais considerados adequados aqueles que possuem o quantitativo mínimo de mobiliário, de acordo com os critérios abaixo relacionados. Perfis dos Cartórios Eleitorais: Perfil 1 – até 30.000 eleitores Perfil 1 plus – com atendimento acima da média Perfil 2 – até 40.000 eleitores Perfil 2 plus – com atendimento acima da média Perfil 3 – até 50.000 eleitores Perfil 3 plus – com atendimento acima da média Perfil 4 – até 60.000 eleitores Perfil 4 plus – com atendimento acima da média Perfil 5 – até 80.000 eleitores Perfil 5 plus – com atendimento acima da média Perfil 6 – acima de 80.000 eleitores Perfil 6 plus – com atendimento acima da média

ITEM/QUANTIDADE POR PERFIL**Perfil 1:**

1 Estação de trabalho em L; 4 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 2 mesas para impressora; 5 gaveteiros; 6 poltronas giratórias com braço; 6 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 3 assentos de longarina; 1 armário em aço; 2 armários melamínicos; 4 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 1 plus:

1 Estação de trabalho em L; 5 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 6 gaveteiros; 7 poltronas giratórias com braço; 7 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 8 assentos de longarina; 1 armário em aço; 2 armários melamínicos; 4 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 2:

1 Estação de trabalho em L; 5 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 2 mesas para impressora; 6 gaveteiros; 7 poltronas giratórias com braço; 7 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 3 assentos de longarina; 1 armário em aço; 2 armários melamínicos; 4 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 2 plus:

1 Estação de trabalho em L; 5 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 6 gaveteiros; 7 poltronas giratórias com braço; 7 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 8 assentos de longarina; 1 armário em aço; 2 armários melamínicos; 4 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 3:

1 Estação de trabalho em L; 5 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 6 gaveteiros; 7 poltronas giratórias com braço; 7 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 4 assentos de longarina; 1 armário em aço; 3 armários melamínicos; 6 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 3 plus:

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 10 assentos de longarina; 1 armário em aço; 3 armários melamínicos; 6 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 4:

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 3 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 5 assentos de longarina; 1 armário em aço; 3 armários melamínicos; 8 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1

bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 4 plus:

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 12 assentos de longarina; 1 armário em aço; 3 armários melamínicos; 8 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 5:

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 6 assentos de longarina; 1 armário em aço; 4 armários melamínicos; 10 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 5plus:

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 14 assentos de longarina; 1 armário em aço; 4 armários melamínicos; 10 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 6:

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 7 assentos de longarina; 1 armário em aço; 4 armários melamínicos; 12 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

Perfil 6 plus:

1 Estação de trabalho em L; 6 mesas para computador; 3 mesas auxiliares; 4 mesas para impressora; 7 gaveteiros; 8 poltronas giratórias com braço; 8 cadeiras fixas; 2 cadeiras tipo escolar; 16 assentos de longarina; 1 armário em aço; 4 armários melamínicos; 12 estantes; 1 geladeira; 1 mesa para copa; 1 microondas; 1 bebedouro ou purificador interno; 1 escada doméstica.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Indicador nº IT 03	ÍNDICE DE INSTALAÇÕES ACESSÍVEIS
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do TRE-RJ
Descrição do objetivo	Prover e gerir os recursos físicos (mobiliário e imobiliário) adequados ao funcionamento das unidades, garantindo aos magistrados, servidores e clientes externos condições de saúde e segurança.
O que mede	O percentual de cartórios eleitorais cujas instalações físicas estão adaptadas para o atendimento de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.
Para que medir	Para orientar a realização de ações que permitam a participação das pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida no uso dos serviços prestados pelos cartórios eleitorais.
Quem mede *	Coordenadoria de Engenharia (COENG) Automatizada TCart
Quando medir	Anualmente, em dezembro.
Fonte de dados	Relatório de acessibilidade das instalações físicas de cartórios eleitorais
Como medir	Total de cartórios acessíveis (TCartAce), dividido pelo total de cartórios eleitorais (TCart), multiplicado por cem. $IA = (TCartAce / TCart) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Engenharia (COENG)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	Não aplicável
Meta	Atingir 23% de cartórios eleitorais acessíveis, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - Não aplicável
	2013 - 20%
	2014 - 23%
Observações	<p>Entende-se por cartório acessível aquele que alcançar a pontuação máxima, de acordo com os critérios abaixo identificados.</p> <p>Classificação: Pontuação = 10: Cartório acessível; Pontuação ≥ 5 e < 10: Cartório que comporta adaptação; Pontuação 0 em qualquer quesito de qualquer um dos temas: Cartório sem possibilidade de adaptação</p> <p>Para a classificação dos cartórios, serão adotados os critérios de avaliação constantes da lista de assertivas abaixo.</p> <p>I. Acesso – 6 pontos</p> <p>1) Imóvel sem desníveis nas áreas de circulação interna ou externa ou com desnível $\leq 0,5$cm e portas com largura ≥ 80cm. (6 pontos)</p> <p>2) Imóvel com desníveis $> 0,5$cm, sem rampas, nem elevador ou plataforma elevatória:</p>

- Com possibilidade de construção de rampa adequada*, dentro do terreno e sem necessidade de escavação. **(3 pontos)**
- Com possibilidade de construção de rampa ou instalação de elevadores ou plataformas, porém com dispêndios muito onerosos. **(0 ponto)**
- Sem espaço para construção de rampa dentro do terreno e sem invasão da área de atendimento. **(0 ponto)**

*Rampa adequada: largura mínima de 1,20m; inclinação: comprimento = 12 x desnível; piso antiderrapante; guarda-corpo em dois níveis; no máximo dois patamares

II. Sanitários - 2 pontos

- 1) Existe ao menos um sanitário totalmente acessível****(2 pontos)**
- 2) O sanitários existente não tem adaptações de acessibilidade, mas tem dimensões mínimas de 1,50m x 1,70m ou tem possibilidade de ampliação. A circulação até o sanitário tem largura mínima de 90cm, sem desníveis ou com desníveis vencidos por rampa. **(1 ponto)**
- 3) O sanitários existente não é acessível e não comporta adaptações necessárias para torná-lo acessível a pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. **(0 ponto)**

** Sanitário totalmente acessível: porta com largura mínima de 80cm; circulação de acesso com largura mínima de 90cm; dimensões mínimas de 1,50 x 1,70m; louças, metais e barras de apoio adequados ao uso por pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

III. Atendimento - 2 pontos

- 1) O balcão ou mesa de atendimento tem altura MÁXIMA de 1,05m e há espaço livre de 1,20 x 0,80m para cadeirante na área de espera. **(2 pontos)**
- 2) O espaço e o mobiliário utilizado para o atendimento são inadequados para utilização por pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, porém há possibilidade de alteração da situação. **(1 ponto)**
- 3) A área de atendimento não permite melhorias visando à acessibilidade. **(0 ponto)**

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos

Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Indicador nº IT 04	ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TIC
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada de TIC
Descrição do objetivo	Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento, de forma a garantir o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e a disponibilidade dos equipamentos e sistemas essenciais à execução da estratégia.
O que mede	O percentual do tempo, em um período determinado, em que os serviços de TIC, incluindo sistemas informatizados eleitos essenciais, estiveram disponíveis para utilização.
Para que medir	Para minimizar as interrupções e promover melhorias contínuas do desempenho e da capacidade de TIC por meio de monitoramento e medição.
Quem mede *	Seção de Produção (SEPROD)
Quando medir	Mensalmente
Fonte de dados	Software de monitoramento
Como medir	Tempo de disponibilidade do conjunto de sistemas definidos como essenciais (TemDispSistTI), dividido pelo tempo total do período (TemTotPer), multiplicado por cem. $DSTI = (TemDispSistTI / TemTotPer) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Infraestrutura (COINF)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2010 - 99,34% 2011 - 98,93%
Meta	Assegurar 99,80% de disponibilidade de sistemas de TIC, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 99,60%
	2013 - 99,70%
	2014 - 99,80%
Observações	1) Devem ser considerados essenciais os sistemas: SADP/SADPWEB, DJE, Peticionamento eletrônico, correio eletrônico, site Intranet, acesso à Internet, site Internet e ELO. 2) Deverão ser desconsideradas do cálculo as indisponibilidades previamente programadas relativas a serviços de manutenção. 3) O indicador mede a disponibilidade dos sistemas 24 X 7, ou seja, 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, desconsiderando as indisponibilidades da observação 2.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Orçamento

Indicador nº ORÇ 01	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Objetivo Estratégico	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia
Descrição do objetivo	Planejar e gerir o orçamento de forma integrada e alinhada à estratégia, como forma de assegurar recursos tempestivos e suficientes para o alcance dos objetivos do TRE-RJ.
O que mede	A relação entre o valor executado do orçamento no ano corrente e o valor total do orçamento disponibilizado.
Para que medir	Para verificar a capacidade do TRE-RJ para executar os recursos programados.
Quem mede *	Seção de Execução Orçamentária (SEORÇA)
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Fonte de dados	Sistema de Administração Financeira - SIAFI
Como medir	Orçamento Executado (OrçExec), dividido pelo Orçamento Disponibilizado (OrçDisp), multiplicado por cem. $EO = (OrçExec / OrçDisp) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2010 - 94,3% 2011 - 99,9%
Meta	Executar 100% dos recursos disponibilizados, anualmente.
Metas plurianuais	2012 - 100%
	2013 - 100%
	2014 - 100%
Observações	1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais. 2) Entende-se por “orçamento executado” a despesa empenhada. 3) Entende-se por “orçamento disponibilizado” a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Orçamento

Indicador nº ORÇ 02	ÍNDICE DE EXECUÇÃO FINANCEIRA
Objetivo Estratégico	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia
Descrição do objetivo	Planejar e gerir o orçamento de forma integrada e alinhada à estratégia, como forma de assegurar recursos tempestivos e suficientes para o alcance dos objetivos do TRE-RJ.
O que mede	A relação entre o valor liquidado e o valor executado do orçamento dentro do exercício.
Para que medir	Para monitorar a execução financeira do TRE-RJ, a fim de torná-la mais eficiente.
Quem mede *	Seção de Execução Orçamentária (SEORÇA)
Quando medir	Trimestralmente
Fonte de dados	Sistema de Administração Financeira - SIAFI
Como medir	Orçamento Liquidado (OrçLiq), dividido pelo Orçamento Executado (OrçExec), multiplicado por cem. $EOL = (OrçLiq / OrçExec) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2010 - 59,16% 2011 - 69,59%
Meta	Alcançar 85% de liquidação dos recursos executados, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 75%
	2013 - 80%
	2014 - 85%
Observações	1) Excluem-se do cálculo do indicador as despesas relativas a pessoal, benefícios, contribuição social e pleitos eleitorais. 2) Entende-se por “orçamento executado” a despesa empenhada. 3) Entende-se por “orçamento liquidado” as despesas devidamente liquidadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Recursos
Tema: Orçamento

Indicador nº ORÇ 03	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO
Objetivo Estratégico	Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da estratégia
Descrição do objetivo	Planejar e gerir o orçamento de forma integrada e alinhada à estratégia, como forma de assegurar recursos tempestivos e suficientes para o alcance dos objetivos do TRE-RJ.
O que mede	O percentual entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal.
Para que medir	Para avaliar o índice de orçamento executado nas iniciativas estratégicas em relação ao orçamento estratégico disponibilizado.
Quem mede *	Seção de Execução Orçamentária (SEORÇA)
Quando medir	Anualmente, em janeiro.
Fonte de dados	LOA, Créditos Orçamentários e Planejamento Estratégico
Como medir	Valor executado nas iniciativas estratégicas (VExecInicEst), dividido pelo valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VDisplnEst), multiplicado por 100. $EOE = (VExecInicEst / VDisplnEst) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Coordenadoria de Orçamento (CORÇA)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2010 - Não mensurado 2011 - 1,99%
Meta	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 98 % 2013 - 99% 2014 - 100%
Observações	1) Iniciativas estratégicas são aquelas indicadas no Plano Estratégico do Tribunal e as que passem a compor o portfólio de projetos estratégicos ao longo da execução da estratégia. 2) O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA. 3) Entende-se por “valor disponibilizado” a dotação final, isto é, a dotação inicial acrescida dos respectivos créditos adicionais (para iniciativas estratégicas). 4) Entende-se por “valor executado” a despesa empenhada (para iniciativas estratégicas).

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Sociedade

Indicador nº PSE 01	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO
Objetivo Estratégico	Prestar serviços de excelência
Descrição do objetivo	Proporcionar aos clientes da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro a satisfação de suas expectativas em relação à confiabilidade e à eficiência dos serviços prestados, à solução de demandas, à cordialidade no atendimento e à infraestrutura disponível.
O que mede	A percepção dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento) e na Internet.
Para que medir	Para verificar se estratégia traçada está contribuindo para o aumento do valor percebido pelos clientes em relação aos serviços prestados pelo TRE-RJ.
Quem mede *	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN) Seção de Administração Intranet – Internet (SEINTE) Variáveis (TUSat e TUResp)
Quando medir	Trimestralmente
Fonte de dados	Relatório de Pesquisa de Satisfação do Cliente Externo
Como medir *	Usuários que avaliaram satisfatoriamente a Página da Internet (TUSat), somados as respostas que indicam satisfação dos clientes com os serviços das Zonas Eleitorais e Centrais de Atendimentos (TZESat), somadas às respostas que indicam a satisfação dos clientes com os serviços da SJD (TSJDSat), divididos pelos usuários que avaliaram a Página da Internet (TUResp), somados as respostas à Pesquisa de Satisfação avaliando os serviços das Zonas Eleitorais e Centrais de Atendimento (TRespZE), somadas as respostas a Pesquisa de Satisfação avaliando os serviços da SJD (TRespSJD). $SC = (TUSat + TSJDSat + TZESat) / (TUResp + TRespSJD + TRespZE)$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão (ASPLAN)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor.
Situação inicial	Jan/Fev 2012 - 79% Mar/Abr 2012 - 79% Jun/Jul 2012 - 81%
Meta	Atingir 85% de usuários satisfeitos, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 80% 2013 - 83% 2014 - 85%

Observações	<ol style="list-style-type: none">1) Os quesitos a serem medidos serão avaliados pelos clientes com base nos seguintes critérios: "péssimo", "ruim", "bom" e "ótimo".2) Serão consideradas respostas que indicam satisfação do cliente as avaliadas com os critérios "bom" ou "ótimo".3) Considerando que o indicador corresponde ao indicador "Grau de satisfação de clientes" do Plano Estratégico da Justiça Eleitoral, e que tal indicador não prevê a avaliação da satisfação dos clientes em relação aos serviços da Internet, o resultado a ser comunicado ao TSE deve se restringir às aferições realizadas nos pontos de atendimento ao público, isto é, Secretaria Judiciária, cartórios eleitorais, Central de Atendimento ao Eleitor e postos descentralizados de atendimento.
-------------	--

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos
Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

Indicador nº RSA 01	ÍNDICE DE DESEMPENHO AMBIENTAL
Objetivo Estratégico	Promover a responsabilidade ambiental
Descrição do objetivo	Desenvolver ações visando à redução dos impactos ambientais negativos causados pelas atividades desenvolvidas pelo TRE-RJ e contribuir para o fortalecimento da cidadania por meio de ações socioambientais.
O que mede	O percentual de metas estabelecidas na Agenda Ambiental com desempenho satisfatório.
Para que medir	Para verificar se a estratégia estabelecida na Agenda está gerando resultados para a redução do impacto ambiental decorrente das atividades desenvolvidas pelo TRE-RJ e contribuindo para o fortalecimento da cidadania.
Quem mede *	Assessoria de Planejamento (ASPLAN)
Quando medir	Semestralmente
Fonte de dados	Relatório de desempenho ambiental
Como medir	Total de metas estabelecidas na Agenda Ambiental que alcançaram desempenho satisfatório no período (TMetDesSatAA), dividido pelo total de metas estabelecidas na Agenda Ambiental para o período (TMetAA), multiplicado por cem. $DA = (TMetDesSatAA / TMetAA) \times 100$
Unidade de medida	Percentual
Quem analisa *	Assessoria de Planejamento (ASPLAN)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2011 - 53%
Meta	Alcançar 65% das metas estabelecidas, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 55%
	2013 - 60%
	2014 - 65%
Observações	Entende-se por desempenho satisfatório o atingimento mínimo de 90% do resultado estabelecido para a meta.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.

Perspectiva: Processos Internos

Tema: Responsabilidade Social e Ambiental

Indicador nº RSA 02	NÚMERO DE PESSOAS ALCANÇADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS
Objetivo Estratégico	Fomentar o exercício da cidadania
Descrição do objetivo	Desenvolver ações voltadas para o fortalecimento da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão, como forma de contribuir para o desenvolvimento e a inclusão social.
O que mede	Mede o número de pessoas alcançadas por ações que tenham como foco o fortalecimento da consciência cidadã.
Para que medir	Para aferir se a organização está inserida dentro de um contexto efetivo de responsabilidade social.
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)
Quando medir	Semestralmente
Fonte de dados	Relatório dos projetos
Como medir *	Número de pessoas que participaram das ações do Eleitor do Futuro (NPEleiFut), somado ao número de participantes das ações do Eleitor do Futuro (NPTREVai), somado ao número de participantes em outros projetos sociais (NPoutrasAcoes) NPPAS=NPEleiFut+NPTREVai+NPoutrasAcoes
Unidade de medida	Unidade (número de pessoas)
Quem analisa	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)
Polaridade do indicador	Quanto maior, melhor
Situação inicial	2011 - 9.228
Meta	Atingir, no mínimo, 15.000 pessoas beneficiadas pelos projetos sociais, até 2014.
Metas plurianuais	2012 - 10.867 2013 - 7.500 2014 – 15.000
Observações	1) Projetos cujas ações serão consideradas na medição do indicador <ul style="list-style-type: none"> • Ações do Programa Eleitor do Futuro; • Ações do Programa TRE Vai a Escola. 2) Outras ações que venham a ser criadas e que tenham por objetivo fomentar o exercício da cidadania.

(*) Ficha revisada na RAE realizada no dia 28 de maio de 2015.